COMISSÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934, DE 1º DE ABRIL DE 2020

Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

EMENDA Nº

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. . A Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, passa a

vigorar com as seguintes alterações no seu art. 2º:	
"Art. 2°	
§ 2º-A. O Revalida será implementado pela União acompanhado pelo Conselho Federal de Medicina, faculta participação de instituições de educação superior públic privadas que tenham curso de Medicina com avaliação 4 e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sina nos termos de regulamento.	da a as e 5 no
§ 2º-B. As instituições de educação superior pública privadas interessadas em participar do Revalida firmarão a adesão voluntária, cujos critérios serão definidos regulamento do Poder Executivo federal.	to de
§ 3º-A. O exame escrito referido no inciso I do § 3º deste a será aplicado pela Administração Pública Federal.	ırtigo
§ 3º-B. O exame de habilidades clínicas referido no inciso § 3º deste artigo será aplicado pelas instituições de er que aderirem ao Revalida.	

......" (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A emergência sanitária imposta pelo surto do novo coronavírus (Covid-19) demanda ações rápidas dos Poderes Públicos para o atendimento ao cidadão. Uma delas consiste em ampliar, o máximo possível, a quantidade de médicos disponíveis para atender a população. Para tanto, é necessário desburocratizar com urgência o Revalida, de modo a torná-lo mais célere e ágil. Os §§ 2º-A e 2º-B consistem na reposição dos §§ 1º e 2º, que foram vetados pela Presidência da República quando da edição da Lei do Revalida.

Ciente de que esta é uma forma essencial de combater a presente crise e aperfeiçoar a Lei do Revalida, contamos com os Pares para a transformação dessa Emenda em lei.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputado LUCIO MOSQUINI

2020-3304